

DÍVIDA

Governo estuda *fil* novas propostas aos nossos credores

O esquema da renegociação da dívida externa brasileira com os bancos credores estrangeiros continua sendo discutido pelos técnicos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e do Banco Central, e somente no final desse mês é que será definido integralmente, segundo informaram ontem fontes do primeiro escalão do governo federal.

O governo Figueiredo deixou acertado com os credores um esquema baseado no chamado modelo mexicano, idêntico ao que o México firmou com os bancos estrangeiros. Consistia no compromisso de pagamento integral dos juros da dívida externa, abdicando previamente do ingresso de novos recursos. Outra condição, aceita pelo México e que também seria admitida pelo Brasil, referia-se ao pagamento de parcelas do principal da dívida, de forma crescente. O México também submeteu-se a uma auditoria externa do Fundo Monetário Internacional (FMI), cujos técnicos examinaram de forma permanente a evolução da economia mexicana e a execução dos compromissos acordados com os bancos credores.

Devido ao impasse surgido com o FMI no final do governo Figueiredo, em torno dos termos da sétima carta de intenções, o acordo com os bancos credores deixou de ser fechado, passando essa incumbência para o governo Tancredo Neves. Esta situação, segundo técnicos governamentais, acabou sendo favorável, porque o chamado modelo mexicano, para o Brasil, contém várias cláusulas "preocupantes" e que, se aceitas, dificultariam em muito a administração da dívida externa, sobretudo porque o ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, estava tentando firmar um acordo plurianual, cujas condições importariam no cumprimento de um esquema rígido de pagamento da dívida no período de 1985 até 1991, indo portando além do mandato do governo Tancredo Neves.

Cuidado

Uma "discussão cuidadosa" do acordo com os bancos credores está em curso, e irá ocupar os técnicos do Banco Central e dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento durante todo este mês. Admite-se que somente na primeira semana de maio, quando os pontos de vista estiverem acertados, é que o Brasil voltará à mesa de negociações com os banqueiros. Até lá, os contactos serão meramente formais, como os que foram realizados nos Estados Unidos, na semana passada, pelo presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber.

Há uma corrente nos altos escalões da área econômica do governo

Tancredo Neves contrária à aceitação do modelo mexicano, sobretudo porque implicaria no abandono da hipótese de o País contar com dinheiro novo de seus credores e também de aceitar a continuidade da auditoria do FMI sobre as contas brasileiras. Partem, alguns economistas do governo, do princípio de que seria perigoso para o Brasil abdicar do direito de dispor de novos empréstimos externos, ainda que pudesse dispensá-los na medida em que fossem favoráveis os resultados do balanço de pagamentos.

Uma das idéias em curso, nas discussões a nível técnico, refere-se à importância da capitalização dos juros, ou seja, o Brasil pagaria aos credores apenas uma parte dos juros devidos, incorporando o restante na dívida a ser quitada futuramente. O pagamento parcial dos juros constitui uma das idéias mais defendidas pelo economista Celso Furtado e que foram encampadas pela Comissão do Plano de Ação do Governo (Copag), da qual fizeram parte, entre outros, o empresário Sérgio Quintella (indicado para integrar o Conselho Monetário Nacional) e o banqueiro Sérgio Freitas, agora diretor da Área Externa do Banco Central. A tese de Furtado é que o Brasil deveria pagar a seus credores, como juros, apenas um percentual de seu superávit comercial, convertendo o que deixaria de pagar em recursos destinados a promover maiores investimentos internos e sustentar a retomada do crescimento econômico.

Assim, o mês de abril será decisivo para se definir as bases da renegociação da dívida externa brasileira. E é bem provável que os banqueiros estrangeiros se defrontem com propostas bem diferentes daquelas que lhes foram apresentadas pelo ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, e importariam em aceitar as condições impostas pelos credores ao México.

Balanço

O Brasil não necessitará de dinheiro novo dos bancos credores internacionais, este ano, se obtiver um superávit na balança comercial entre US\$ 11 e 12 bilhões. No entanto, se o superávit for inferior, o Brasil corre o risco de ter de recorrer ao mercado externo para equilibrar o balanço de pagamentos, segundo revelou fonte qualificada do Banco Central, neste final de semana.

Este ano, o Brasil não tem acertado a liberação de nenhum empréstimo de banco privado internacional. Em compensação, receberá US\$ 5,2 bilhões das instituições multilaterais.

(Nélson Lemos AE-Rio)